

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Serviços de Engenharia

Processo CPA nº 2025/111149

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para os serviços necessários para reparo paliativo na cobertura da Comarca de Votuporanga, situado na Rua Espírito Santo, nº 2497, Votuporanga - SP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para atendimento a demanda de reparos paliativos na cobertura do Fórum da Comarca de Votuporanga, torna-se necessária a contratação de serviços especializados para execução de impermeabilização da calha cocho de concreto, bem como troca de telhas quebradas, assim como calhas e rufos danificados, que da forma como se encontram, comprometem a eficácia do sistema de cobertura, permitindo infiltrações.

Foi constatado que a calha cocho de concreto do Bloco do Salão do Júri se encontra sem impermeabilização. Para que seja possível fazer o serviço, será necessário retirada do telhamento do bloco, devido ao vão entre a platibanda e a telha ser significativamente pequeno. Em análise as telhas que serão retiradas, observam-se que estão em péssimas condições, com diversos trincas e quebradas, sendo necessário portanto a troca por telhas novas.

Cabe ainda apontar que existem calhas e rufos que estão em condições precárias, sendo necessária sua substituição, haja vista que a sua condição atual permiti a entrada de água de chuva.

Tendo em vista que o edifício atualmente não atende aos requisitos mínimos para proteção quanto a infiltração pela cobertura, comprometendo a integridade física dos usuários, tais intervenções se fazem necessárias.

Portanto, diante da necessidade de célere e eficiente gestão da coisa pública, observa-se que o mais adequado é a contratação de empresa especializada, e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo imprimir sua força de trabalho no seu mister principal, a prestação jurisdicional.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A demanda não está prevista no Plano de Obras, mas está inserida no Plano de Contratação Anual de 2025 mediante código de identificação número 1308.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo Único, art. 11, Lei 14.133/21)

O objeto da contratação está alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2021-2026, especificamente quanto ao objetivo nº 9 que tem como meta prover as unidades de infraestrutura física adequada, com espaços de trabalho seguros, ergonômicos, confortáveis e otimizados. Três metas foram traçadas até o final de 2026, relacionadas a acessibilidade, condições de segurança dos prédios e redução de despesas com alguns itens.

O Planejamento Estratégico poderá ser consultado no endereço: [Planejamento Estratégico TJSP 2021-2026](#)

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, do Provimento CSM nº 2.724/2023)

Não se aplica, pois trata-se de serviços comuns de engenharia específicos para o objeto do estudo, não sendo possível a padronização por meio de catálogo eletrônico.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para se alcançar os objetivos desta contratação, a empresa entre outras condições, deverá:

- Fornecer mão de obra, materiais e equipamentos para a realização dos serviços;
- Ter experiência comprovada e profissionais devidamente habilitados;
- Deverá atender às normas e regulamentações técnicas relativas a esta execução, além das boas práticas e técnicas recomendadas pelas legislações, inclusive dispor de procedimentos de execução e controle de avanço dos serviços.

Não haverá prejuízo à continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos existentes no prédio, uma vez que os serviços deverão ser executados em dias de semana úteis.

Para minimizar os impactos dos serviços na edificação, a CONTRATADA deverá ser capaz de manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados (as) para execução dos mesmos.

O(A) profissional habilitado(a) indicado(a) pela CONTRATADA será o(a) responsável por:

- Fazer a interface com o(a) gestor(a) e fiscal administrativo(a) do CONTRATANTE;
- Acompanhar a execução dos serviços e prover a equipe de execução com suporte necessário referente à execução, planejamento, procedimentos, normas e regulamentações de segurança e de saúde.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

Deverá ser observado os recursos materiais e humano necessário à execução do objeto que está sendo contratado:

PELA CONTRATADA:

d) Fornecer a mão de obra, provida dos equipamentos de proteção individual necessários, bem como toda infraestrutura requerida para que os serviços possam ser prestados em conformidade com as normas técnicas vigentes. A gestão da equipe de execução é de responsabilidade da CONTRATADA.

e) Manter, conforme a necessidade, ao longo da execução dos serviços, profissionais habilitados(as) para execução dos mesmos.

PELO CONTRATANTE:

a) Disponibilizar, de acordo com o planejamento, realizado as áreas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos a serem contratados.

b) Fiscalizar os serviços e gerir o contrato.

Sustentabilidade

A CONTRATADA deverá:

- Obedecer a Lei 12300 de 16/03/2006 que institui a política estadual de resíduos sólidos e a Resolução CONAMA nº 307 de 05/07/2002 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.
- Empregar procedimentos de gestão que possibilitem a minimização da geração dos resíduos, sua reutilização, reciclagem ou, em último caso, disposição em áreas licenciadas para tal finalidade.
- Utilizar produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou manejo florestal aprovado por Órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, conforme disposto no Decreto nº 49.674 de 06/06/2005. Os produtos e subprodutos citados deverão ser adquiridos de pessoas jurídicas que comercializar, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, nos termos do Decreto 53.047 de 02/06/2008.
- Abster-se de utilizar, nos termos do parágrafo 3º do artigo 3º da Lei 12.684 de 2007, produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbestos ou outros minerais que, por ventura, o contenham acidentalmente em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra sabão, etc., obrigando-se, ainda, no caso de demolição ou substituição de materiais que contenham amianto em sua composição, a atender as normas técnicas de proteção e preservação da saúde do trabalhador e da comunidade.

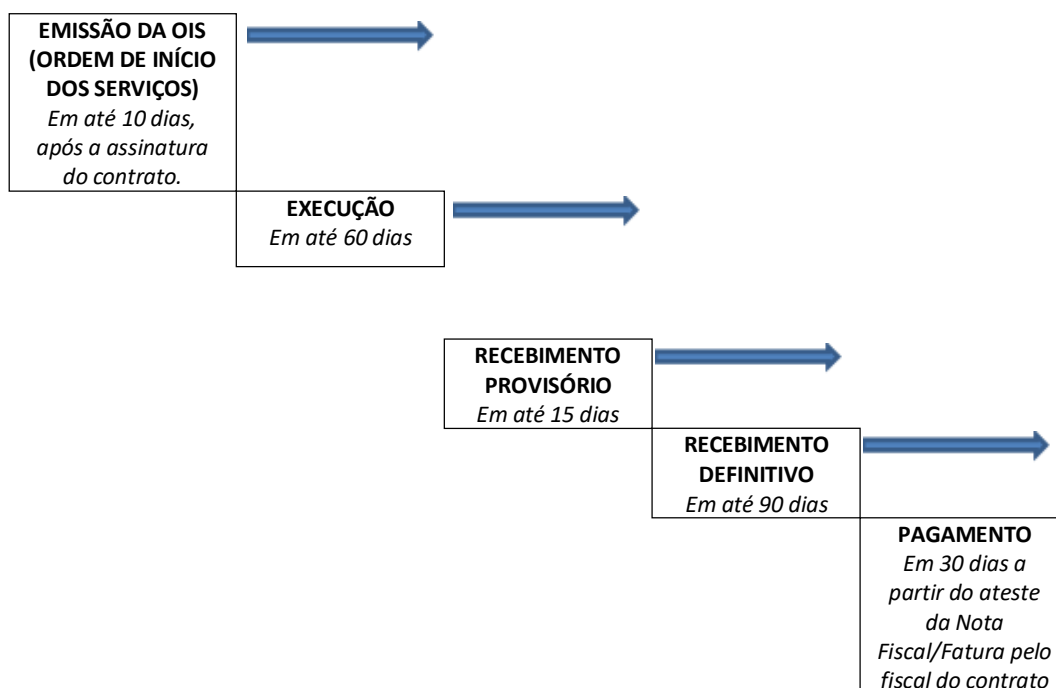
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

O encerramento contratual se dá com a finalização dos serviços discriminados no objeto do contrato e a consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo por parte do TJSP, que estará vinculado ao recebimento da documentação especificada em contrato.



No que diz respeito às condições de recebimento, a última medição coincidirá com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observando-se:

- A soma dos valores das faturas emitidas até a última medição não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do valor global do contrato;
- O saldo restante só poderá ser liberado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, não podendo seu valor ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A prestação dos serviços se dará no Fórum da Comarca de Votuporanga, situado na Rua Espírito Santo, nº 2497, Votuporanga - SP.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

O pagamento será realizado em 30 dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após a execução dos serviços conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

No que diz respeito à garantia, os serviços comuns, deverão contar com garantia contratual de 05 (cinco) anos, a partir da data de recebimento definitivo dos serviços.

Para equipamentos, se necessário, deverá contar com garantia contratual de 01 (um) ano, a partir da data de recebimento definitivo do serviço, sendo que empresa deverá dispor um canal de atendimento “0800” ou via “WhatsApp” para suporte e acionamento da garantia para reparos em caso de problemas no equipamento adquirido.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo se trata de serviços comuns de engenharia, possui padrões de desempenho, qualidade, e especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será Pregão na forma eletrônica; o critério de julgamento será o de menor preço; e o modo de disputa será o aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A estimativa das quantidades previstas para a contratação em tela será consolidada quando da finalização da planilha orçamentária, memória de cálculo e demais documentos que lhes dão suporte, documentos estes que integrarão o Termo de Referência.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para a presente demanda se aplica pesquisa de mercado para alguns serviços considerando-se que alguns dos serviços necessários não possuem previsão de custos unitários nas tabelas de boletins oficiais da SINAPI e da CDHU.

A solução apresentada é a mais indicada, considerando que se tratam de serviços pontuais de melhorias com aproveitamento da estrutura existente na edificação, sem alterações das características construtivas ou acréscimo/decrécimo de áreas construídas da edificação, caracterizando-se como serviços comuns de engenharia que possuem padrões de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado. Outrossim, além de garantir uma edificação em perfeito funcionamento, a presente contratação tem o objetivo de garantir maior segurança aos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

usuários(as), maior durabilidade e menor custo de manutenção.

A justificativa técnica está baseada no relatório ou parecer técnico de engenharia.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O valor estimado para realização dos serviços é de R\$ 123.449,02 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais, dois centavos).

A planilha de preços unitários referenciais e demais documentos constarão no Termo de Referência, apêndice deste estudo técnico.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A solução apresentada contempla o reparo pontual da cobertura do Bloco do Salão do Júri, sendo necessária a retirada das telhas de fibrocimento, para que seja possível a execução da nova impermeabilização da calha cocho de concreto. Para execução da nova impermeabilização da calha cocho de concreto, será necessário a regularização da superfície, aplicação de tela em polietileno com malha hexagonal de ½” e instalação de lona plástica em polietileno. Em seguida, aplicação de manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3mm e execução de argamassa de proteção. Após finalização da impermeabilização, será necessário instalação de novas telhas de fibrocimento modular, tendo em vista que as atuais se encontram em péssimas condições. No Bloco da direita, ao lado da Avenida Prestes Maia, será necessário execução parcial da impermeabilização da calha cocho de concreto, seguindo as mesmas recomendações: necessário a regularização da superfície, aplicação de tela em polietileno com malha hexagonal de ½” e instalação de lona plástica em polietileno. Em seguida, aplicação de manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3mm e execução de argamassa de proteção.

Em relação as calhas e rufos, será feita a retirada das peças que estejam em condições precárias e instalação de novas. Orienta-se ainda a limpeza e desobstrução das descidas de água pluviais.

Nos termos do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, as exigências relativas à habilitação técnica devem limitar-se ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, sendo vedadas imposições desproporcionais ou restritivas à competitividade. Após análise da natureza e da complexidade dos serviços, verificou-se que não se mostra necessária a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, mediante apresentação de atestados em nome da empresa.

A adequada execução contratual será garantida por meio da exigência de capacidade técnico-profissional, com indicação de responsável técnico devidamente habilitado e registrado no conselho de classe competente, emissão da respectiva ART/RRT, especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, fiscalização administrativa e previsão contratual de

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

garantias e sanções. Assim, a não exigência de capacidade técnico-operacional revela-se medida proporcional ao objeto, compatível com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sem restringir a competitividade e contribuindo para sua ampliação, mostrando-se suficiente para assegurar a regular execução dos serviços, sem prejuízo à qualidade ou à segurança da contratação.

Por fim, orienta-se a remoção de todo entulho gerado pela obra. Visando ao atendimento do objeto, serão necessários os seguintes serviços:

- Substituição das telhas em fibrocimento no Bloco do Salão do Júri, bem como de parcial de telhas quebradas dos outros blocos;
- Impermeabilização em manta asfáltica total da calha cocho do Bloco do Salão do Júri, e parcial da calha cocho de concreto do Bloco ao lado da Avenida Prestes Maria (Bloco da direita);
- Remoção Pontual das calhas e rufos danificados e instalação de novos;
- Limpeza e desobstrução das tubulações de água pluvial;
- Remoção do entulho gerado pela obra.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando-se a natureza do objeto, não é possível o seu parcelamento, uma vez que as atividades referentes à execução dos serviços a serem contratados são interdependentes e devem ser executados por uma única empresa, com celeridade.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros do erário, mantendo padrão de qualidade, ou superior, já empregado na atual edificação, em condições adequadas para atividade laboral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os reparos nas coberturas visam sanar as infiltrações, que ocasionam transtornos no desenvolvimentos das atividades e potencializam a deteriorização do patrimônio.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O modelo de contratação já vem sendo utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A premissa necessária para contratação é a elaboração prévia de relatório técnico de vistoria,

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

efetuada por equipe técnica de apoio à engenharia.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para o objeto da contratação em tela não há serviços correlatos e/ou interdependentes.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

É previsto que a Contratada atenda à Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal pertinentes à execução dos serviços ora contratados. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Entre elas a Lei 12300 de 16/03/2006 que institui a política estadual de resíduos sólidos e a Resolução [CONAMA nº 307 de 05/07/2002](#) (Acesso aos 19/out.2023) que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil e o previsto nos critérios ambientais estabelecidos em normas, no guia nacional de licitações sustentáveis disponibilizado pela [CGU/AGU](#) (Acesso aos 19/Out.2023).

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

No presente caso, se indica não permitir a participação de consórcio pelos motivos a seguir expostos:

1. ° não ocorrerá prejuízo a competitividade, pelo contrário, é entendimento de que a proibição trará maior gama de interessados.
2. ° Segundo tese do Professor MARÇAL JUSTEM FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pág. 47 a 477 leciona que:

"Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, a instituição do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação."

3.º Consoante ensinamentos acima, a contratação em tela não apresenta dimensões, complexidade ou circunstâncias particulares e/ou concretas, assim como situação problemática à competição, que indiquem a permissão de participação de consórcio, situação que não configura restrição à competitividade, moralidade e economicidade.

22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)

A vistoria ou visita técnica é facultada aos interessados, mediante prévio agendamento no local.

23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	Serviço de Administração do Prédio do Fórum de Votuporanga.
Diretoria Responsável/Secretaria	SAAB
Gestor(a) de Planejamento	Luciane Braga da Silveira – Coordenador – DARAJ 8.
Equipe de Planejamento da contratação	Regina Marta Ferreira Franco – Substituta da Coordenadora do DARAJ. Nelma Rita do Valle Silva – Administradora da Comarca. Bárbara Longato Pezatti - Engenheira de Apoio Regional DARAJ 08 - CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08-266-01-002-CM-ETP-001-R02

Local:	FÓRUM DA COMARCA DE VOTUPORANGA	Processo CPA nº	2025/111149
Objeto:	REPAROS PALIATIVOS NA COBERTURA	Data de Emissão:	04/12/2025
Unidade:	RAJ 08 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Data de Revisão:	20/03/2026

24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A necessidade da presente licitação encontra amparo no Relatório Indicativo de Serviços nº 08-266-01-002-CM-RIS-011-R00. O formato é o mais adequado para buscar economia e celeridade para solução da demanda e busca reparar a edificação do Fórum da Comarca de Votuporanga às suas condições originais ou adequadas às atividades laborais.

São José do Rio Preto, data registrada no sistema.

(Assinado digitalmente)

Luciane Braga da Silveira

Coordenadora – DARAJ 08

Bárbara Longato Pezatti

Apoio Técnico Regional – DARAJ 08

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A